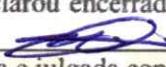


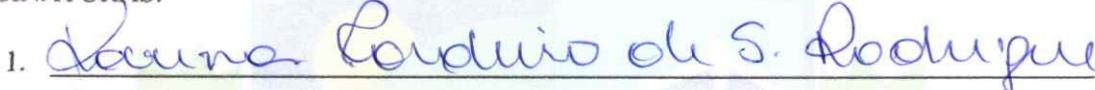
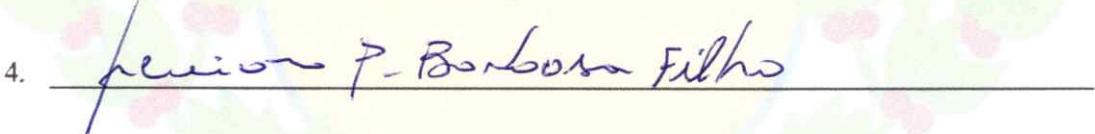
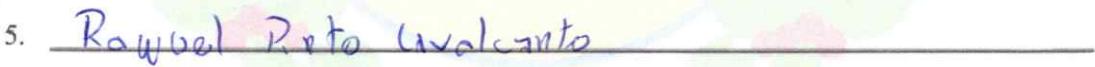
Ata da Audiência Pública da Câmara Municipal de Pacatuba, do primeiro período da 20º legislatura (2025-2028), aos dezenove dias do mês de maio de 2025, às 10H, no edifício da sede da Câmara Municipal de Pacatuba, localizada na rua Major Crisanto de Almeida, 195, Centro, Pacatuba – Ceará. Realizou uma audiência pública cuja temática abordará a apresentação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) de 2026. Sob a Presidência da Sra. Vereadora Karina Cordeiro de Souza Rodrigues, secretariada pelo Sr. John Wesley Moura. Além da Presidenta, secretario compareceram: Deny Gomes, Raquel Cavalcante, Robelio Galego, Luciano Filho e Eliane Almeida, e também Dr. Eduardo Martins, representante da Secretaria de Segurança Pública de Pacatuba, como também o Dr. Germano Carvalho, assessor da Secretaria de Segurança Pública de Pacatuba. Sob a proteção de Deus e em nome da comunidade, iniciamos nossos trabalhos. A Câmara de Pacatuba realiza, na presente data, a audiência pública cuja temática abordará a apresentação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias PLDO de 2026. Neste momento, convido a senhora Eloísa Helena com a finalidade de apresentar e explanar o presente PLD 2026. Com a palavra a Senhora Eloísa Helena iniciou sua fala com cumprimentos à presidente da Câmara, vereadores, técnicos, secretários presentes e munícipes. Ela explicou que a realização da audiência pública atende às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê mecanismos de participação popular e de transparéncia na gestão pública municipal. Em seguida, apresentou os objetivos da audiência, que incluem esclarecer o conceito da LDO, contextualizar os instrumentos de planejamento governamental, destacar os principais dispositivos da proposta em análise, abordar os riscos fiscais e apresentar as metas fiscais. Eloísa Helena explicou que a LDO é uma das três leis que compõem o planejamento orçamentário municipal, junto com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Entre essas, a LDO é considerada uma das mais técnicas e menos políticas, pois define as metas e prioridades da administração pública e orienta a elaboração da LOA. A LDO é elaborada anualmente e ocupa uma posição intermediária entre o PPA — que possui caráter estratégico, com vigência de quatro anos e detalhamento dos programas, metas físicas, objetivos e indicadores — e a LOA, que detalha o orçamento anual conforme as diretrizes estabelecidas. No primeiro ano de uma nova gestão, como é o caso de 2026, ocorre uma particularidade: o anexo de metas e prioridades não integra a LDO, pois essas informações estarão concentradas no PPA, a ser elaborado em agosto. Essa diferença decorre do descompasso temporal entre a elaboração da LDO (abril) e do PPA (agosto). Nos anos subsequentes, a LDO já virá acompanhada do anexo de metas e prioridades para o exercício seguinte. A palestrante destacou que a LDO trata de aspectos fundamentais da elaboração e execução orçamentária, como o equilíbrio entre receitas e despesas, a obrigatoriedade de reserva de contingência e os critérios para limitação de empenho. Ela reembrou o caso do governo federal, durante a gestão da presidente Dilma Rousseff, quando foi enviado ao Congresso um orçamento com despesa superior à receita, gerando debate técnico sobre o equilíbrio orçamentário, princípio básico previsto em lei. A LDO de Pacatuba estabelece uma reserva de contingência de até 1% da receita corrente líquida, que serve como uma espécie de poupança para emergências e não pode ser utilizada em despesas rotineiras ou projetos específicos. Eloísa também abordou os critérios de limitação de empenho, explicando que, em casos de frustração de receita — por exemplo, quando se estima arrecadar R\$ 100 milhões, mas apenas se arrecadam R\$ 90 milhões —, é necessário limitar os gastos para garantir o equilíbrio orçamentário. A LDO especifica quais áreas devem ser preservadas em caso de limitação de empenho, como saúde e educação, por serem prioridades com recursos vinculados, como o FUNDEB. Já atividades-meio e ações administrativas são as primeiras a sofrerem limitações. A lei também define regras para a transferência de recursos públicos à iniciativa privada por meio de convênios e parcerias, estabelecendo critérios e exigências legais. Além disso, aborda as normas para alterações no orçamento, que podem ocorrer por excesso de arrecadação, superávit financeiro ou necessidade de crédito especial, desde que respeitadas as normas da própria LDO e da LOA. Na parte mais técnica, Eloísa apresentou os riscos fiscais identificados durante a elaboração da LDO, que são eventos que podem impactar negativamente as finanças públicas. Esses riscos são levantados junto à Procuradoria Geral do Município (PGM) e outras secretarias, com o objetivo de antecipar possíveis impactos e prever formas de enfrentamento. Um exemplo citado foi o recente caso federal dos débitos indevidos em contas de aposentados, que geraram impacto bilionário no Tesouro Nacional. Em Pacatuba, foram identificadas demandas judiciais contra o município, com potencial impacto de R\$ 6.940.039, valor que poderá ser coberto com a reserva de contingência de R\$ 300 mil e a abertura de crédito adicional por meio da anulação de dotações no valor de R\$

5.794.039 — ou seja, a prefeitura deixaria de executar determinadas ações para custear as despesas judiciais. Outro risco fiscal relevante é a possível frustração de arrecadação de R\$ 1.683.500, decorrente da eventual atualização da tabela do Imposto de Renda, que poderia isentar boa parte dos servidores com salários de até R\$ 5 mil, o que representaria perda direta de receita para os cofres municipais. Além desses, foram apontadas possíveis discrepâncias de projeções nos cálculos baseados em indicadores econômicos. Se essas divergências se concretizarem, haverá necessidade de limitar empenhos para manter o equilíbrio fiscal. O total de riscos fiscais projetados no momento da elaboração da LDO 2026 é de R\$ 8.777.539. A gestão prevê enfrentá-los com ações como o uso da reserva de contingência e o remanejamento de recursos por meio da anulação de dotações orçamentárias. A Senhora Heloísa Helena explicou que as metas fiscais envolvem receita, despesa e dívida pública, partindo da receita como base para planejar gastos, usando dados históricos de 2023, 2024 e a LOA de 2025. Em 2023 a receita corrente foi R\$ 292 milhões, em 2024 R\$ 357 milhões e a LOA de 2025 projeta R\$ 424 milhões. Identificou-se, porém, uma possível frustração na receita de 2025, revisando-a para R\$ 384 milhões, um cenário mais conservador para evitar déficit. Com essa base, projetaram-se as receitas correntes para 2026 (R\$ 411.169.486), 2027 (R\$ 438.561.729) e 2028 (R\$ 467.257.377). Essas projeções sustentam o cálculo dos resultados primário e nominal, podendo ser ajustadas caso a receita melhore no futuro. Em seguida, Heloísa abordou a dívida consolidada, que são dívidas de longo prazo, acima de 12 meses, geralmente autorizadas pela Câmara via contratos e convênios. Segundo o balanço de 2024, os principais itens da dívida foram precatórios (R\$ 1.362.438, depois acrescidos de mais R\$ 6 milhões pela PGM), INSS (R\$ 50.243.970), empréstimo Banco do Brasil (R\$ 2.378.341), PASEP (R\$ 2.938.898), diversos (R\$ 414.123, valor antigo desde 2019 sem cobrança ou detalhamento, podendo ser excluído) e RPPS (R\$ 78.033.000), totalizando cerca de R\$ 135 milhões. A equipe técnica analisou detalhadamente esses valores, especialmente os “diversos” sem documentação, que podem prescrever. Para 2025, estima-se amortização de R\$ 17 milhões e juros de R\$ 1.215.000, mas novas inscrições e atualizações de dívida chegam a R\$ 16,5 milhões, o que mantém o saldo praticamente estável. Entre as novas dívidas destacam-se precatórios, INSS, PASEP, e dívidas ocultas com ENEL e CAEJESS (totalizando cerca de R\$ 7,2 milhões), que antes eram contabilizadas incorretamente como despesas correntes. Assim, o saldo final projetado da dívida consolidada em 2025 permanece em torno de R\$ 134,5 milhões, semelhante ao fechamento de 2024. Para 2026, a previsão é de amortizar R\$ 16 milhões, inscrever R\$ 33,35 milhões em novas dívidas, e terminar o ano com um saldo de R\$ 151 milhões. Essa inscrição de R\$ 33 milhões corresponde a uma operação de crédito planejada para investimentos estruturantes pelo município, uma ação de endividamento responsável alinhada ao programa da atual gestão. De acordo com o princípio da prudência adotado na projeção das receitas e despesas, sempre que houver qualquer dúvida ou incerteza sobre as receitas, é recomendado estimar valores menores para evitar otimismo excessivo que possa comprometer o planejamento. Da mesma forma, para as despesas, especialmente aquelas obrigatórias, caso haja dúvidas, deve-se projetar valores maiores para garantir que os recursos serão suficientes para cumprir os compromissos financeiros. Por isso, a projeção para os restos a pagar processados, que giram em torno de 40 a 41 milhões nos próximos anos, mantém essa média como uma estimativa conservadora. Essa abordagem permite ao município evitar surpresas negativas e administrar com prudência os recursos públicos. Embora a gestão esteja trabalhando para melhorar a arrecadação própria, buscando alavancar a receita, o cenário financeiro é bastante desafiador. Em 2024, por exemplo, o ativo disponível para pagamento imediato era de cerca de 21 milhões, enquanto os restos a pagar acumulavam quase 41 milhões, o que resulta numa dedução negativa na dívida consolidada líquida — ou seja, as obrigações de curto prazo superam os recursos financeiros disponíveis. Essa situação contribui para um aumento da dívida consolidada líquida, que é o indicador mais realista da capacidade financeira do município, pois considera a dívida bruta descontando os recursos financeiros que estão disponíveis para pagamento. Assim, embora a dívida consolidada bruta seja alta, o verdadeiro problema se agrava quando se analisa a dívida líquida, que evidencia a pressão financeira causada pelo passivo circulante superior ao ativo disponível. As projeções para os próximos anos confirmam essa tendência: em 2026, a dívida consolidada líquida estimada ultrapassa os 180 milhões, chegando ao seu ponto máximo em 2027 e começando a cair apenas em 2028. Essa evolução está diretamente ligada às operações de crédito planejadas, que somam até 60 milhões entre 2026 e 2027, além da manutenção dos restos a pagar que pressionam o caixa do município. Por outro lado, as metas fiscais estabelecidas para esses exercícios mostram uma

receita total crescente, ainda que limitada pela conjuntura econômica e pelas condições financeiras do município. O resultado primário, que indica a diferença entre receita e despesa, excluídas as receitas e despesas financeiras, apresenta déficit nos anos de 2026 e 2027, melhorando apenas em 2028, quando se espera superávit. Vale destacar que, ao considerar o regime próprio de previdência social (RPPS), o cenário fica ainda mais delicado, pois os resultados permanecem negativos nesses anos, o que reforça a necessidade de medidas rigorosas para controle e equilíbrio das contas públicas. Entre os indicadores financeiros utilizados para avaliar a situação fiscal do município, o índice de endividamento está em 41,76%, bastante distante do limite legal que pode chegar a 120%, o que indica que, sob esse aspecto, a situação é considerada satisfatória. Contudo, o indicador de poupança corrente, que mede a proporção da receita corrente destinada a cobrir despesas correntes e tem um limite máximo constitucional de 95%, caiu de nota A para B, estando em 90,74%, o que mostra que o município está perto do limite permitido para garantir recursos para pagar a dívida pública. O maior desafio, entretanto, está no indicador de liquidez relativa, que mede a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo com os recursos disponíveis. Como o passivo circulante (obrigações imediatas) é muito maior que o ativo disponível, o município enfrenta dificuldade em honrar seus compromissos financeiros de curto prazo, configurando um gargalo financeiro sério. Essa situação exige um esforço conjunto da administração pública e da Câmara Municipal para aumentar a receita, controlar e reduzir despesas, além de administrar com disciplina a redução dos restos a pagar, que representam essa “bola de neve” de obrigações acumuladas. Essa não é uma tarefa simples, mas é essencial para evitar que o problema se agrave e para garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais à população, que é a maior afetada por essas dificuldades financeiras. Para superar esse cenário, a gestão precisa intensificar a implementação de controles mais rigorosos para evitar evasão fiscal, garantindo que toda a receita que deveria entrar nos cofres públicos seja efetivamente arrecadada. É fundamental também atualizar a legislação tributária para adequá-la à realidade atual e permitir uma cobrança mais eficiente e justa dos tributos municipais. Além disso, é necessária a captação de recursos externos, tanto por meio de projetos junto ao governo federal quanto por parcerias com a iniciativa privada e organizações não governamentais locais, fomentando o desenvolvimento sustentável do município. Outra medida importante é o refinanciamento das dívidas de longo prazo, buscando melhores condições e prazos que aliviem o fluxo de caixa no curto prazo, assim como a redução das despesas correntes, que demandam um controle rigoroso e um planejamento cuidadoso. Essas ações, embora difíceis e complexas, são imprescindíveis para que o município consiga alcançar o equilíbrio fiscal e possa direcionar recursos para investimentos estruturantes, que são essenciais para o crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida da população e a sustentabilidade das finanças públicas. Em síntese, o cenário fiscal apresentado na LDO é técnico, fundamentado em números concretos que apontam para dificuldades significativas, mas que também indicam caminhos claros para a superação dessas dificuldades por meio de gestão eficiente, responsabilidade fiscal e cooperação entre os poderes públicos e a sociedade. Esse é um momento decisivo para o município, no qual a disciplina financeira e o compromisso com a transparência e o equilíbrio orçamentário serão fundamentais para garantir o futuro e o desenvolvimento da cidade, priorizando sempre o bem-estar e os direitos dos cidadãos. Caso haja dúvidas ou necessidade de esclarecimentos adicionais, estou à disposição para ajudar a aprofundar qualquer ponto que desejar. Finalizada a explanação com a palavra a Presidenta Karina Cordeiro, no qual agradeceu a brilhante explanação da senhora Heloísa e usou o do seu tempo para comentar sobre. Com a palavra a vereadora Karina Cordeiro A vereadora Karina Cordeiro iniciou sua fala saudando a todos presentes e ressaltando a importância da apresentação detalhada feita pela Eloísa, destacando o quanto esse nível de detalhamento facilitou o entendimento de todos, inclusive dos vereadores com mais tempo de mandato. Ela destacou que, mesmo estando no seu terceiro mandato, percebeu que essa explicação clara é fundamental para que todos possam compreender os orçamentos e o funcionamento do Executivo, e que esse conhecimento deve ser transmitido também para a população. Karina lamentou que muitos dos problemas enfrentados em 2024 já eram conhecidos anteriormente, e que o orçamento de 2025 foi elaborado com base no que foi deixado pelas gestões anteriores, apontando a necessidade de planejamento também para 2026 e 2027. Ela ressaltou a importância de todos, vereadores e população, entenderem a grande responsabilidade que é estar à frente do Executivo, e fez questão de saudar pessoas importantes como Jaira Rocha, professora, o tenente Dias, secretário de segurança, e demais vereadores presentes. Karina frisou que o objetivo

não deve ser apenas a disputa eleitoral, mas o compromisso real com a gestão pública, buscando legalizar e moralizar a administração, mesmo diante de dívidas e desafios herdados. Ela falou sobre a importância de manter a cabeça erguida, trabalhar com seriedade e responsabilidade, e destacou a necessidade da colaboração entre vereadores, prefeita e deputados para aumentar a receita e trazer recursos para o município. A vereadora também mencionou questões específicas, como a dívida na previdência (RPPS), reforçando a preocupação com o futuro das aposentadorias e a importância de responsabilidade e compromisso na administração pública. Karina agradeceu toda a explanação feita em nome da casa legislativa e reforçou para a população que o Legislativo continuará fiscalizando e lutando por melhorias, lembrando que ser eleito não significa poder agir sem responsabilidade, mas sim gerir os recursos públicos com seriedade e transparência. Finalizou agradecendo aos presentes, incluindo a amiga Duda, e declarou encerrada a sessão. Na sequência no qual não havendo mais nada a tratar a Presidenta Karina Cordeiro declarou encerrada a presente sessão do que para constar eu primeiro secretario  lavrou a presente ata que depois de lida, discutida e julgada conforme assinada pela mesa diretora e demais Edis presentes.

ASSINATURAS:

1. 
2. 
3. 
4. 
5. 
6. 
7. 

**LISTA DE PRESENÇAS**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**19.05.2025**

**APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**2026.**

- 1 Karuna Cardoso de S. Rodrigues
- 2 Heloísa Helena Maia Teles
- 3 Eduardo Martins de M. Gomes
- 4 Maria Eduarda Patrício  
Jotim
- 5
- 6 DR
- 7 Angélica Lima
- 8 Dir. f/ T... Secretaria de Segurança
- 9 Fádima Debora T. mariano Sombra
- 10 GERALDO GONÇALO PEREIRA Sec. Segurança
- 11 Jana da Rocha Alcantara Rossa
- 12 Maria Elizan d. Reis Almeida
- 13 Roberto Sátilio amr
- 14 Andréia Souza de Souza



CÂMARA MUNICIPAL DE

# Pacatuba

JUNTOS PARA AVANÇAR

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33